

Outras Atividades de Desenvolvimento Metodológico

RELATORIO CIRCUNSTANCIADO

OFICINA PARA IMPLEMENTAR AÇÕES

PARA SUPRIMIR PROBLEMAS RELACIONADOS À

INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

Subprojeto V - Assessoria na elaboração e implementação de

Planos Setoriais de Qualificação – PLANSEQs

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°.003/2007

Novembro de 2009

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1. ETAPAS DO MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA SUPRIMIR PROBLEMAS RELACIONADOS À INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE	
2. DESCRIÇÃO DO EVENTO	
3. ANEXOS	
ANEXO 1 - FOTOS DA ATIVIDADE	
ANEXO 2 - RELAÇÃO DE PARTICIPANTES	
ANEXO 3 - LISTA DE PRESENÇA	
ANEXO 4 - APRESENTAÇÃO DO DIEESE – Projeto e Resgate das etapas anteriores	
ANEXO 5 – APRESENTAÇÃO DO DIEESE – Informalidade no Comercio da RMPA	
ANEXO 6 – APRESENTAÇÃO DA SRTE – Secretaria de Inspeção do Trabalho	

OFICINA PARA MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA SUPRIMIR PROBLEMAS RELACIONADOS À INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo relatar as atividades empreendidas com o intuito de suprimir problemas relacionados à informalidade no comércio de Porto Alegre.

Tais atividades fazem parte do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N° 003/2007, firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, que, de maneira geral, tem como objetivo a produção de informações que possam subsidiar a ação do MTE na implementação de políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho.

2. DESCRIÇÃO DO EVENTO/OFICINA

TIPO DE ATIVIDADE: Oficina

- **NOME:** “MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA SUPRIMIR PROBLEMAS RELACIONADOS À INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE”
- **LOCAL:** Porto Alegre - RS

DATA: 17 e 18/11/2009

PALESTRANTES

- Rosane de Almeida Maia - Economista DIEESE;
- Daniela Barea Sandi – Economista DIEESE
- Gerson Soares Pinto – Auditor Fiscal do trabalho – Superintendência Regional do Trabalho –SRT/RS;
- Idenir Cecchin – Secretário da SMIC – Secretaria Municipal e Indústria, Comércio e Turismo de POA
- José Adauto Filgueiras– Representante do Ministério da Previdência Social
- Nilton Neco - Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre – SINDEC POA
- Márcia Ferran de Souza – Representante do SEBRAE RS
- Beatriz Santos – Coordenadora do Programa de Governança Solidária da Secretaria Municipal de Governança Local de POA – SMGL

TEMAS TRATADOS

- Apresentação do Projeto para Enfrentamento da Informalidade e resgate das etapas anteriores
- Dados estatísticos da Informalidade no Comércio da RMPA e do município de Porto Alegre
- Importância da rede de instituições e de um sistema de informações para o enfrentamento da informalidade;
- Atuação da MTE/SRT-RS na fiscalização das relações de emprego;
- Programa de Governança Solidária Local –(PGSL) Prefeitura de Porto Alegre
- A experiência do Centro Popular de Compras em POA (“camelódromo”)
- Atuação do Movimento Sindical frente à Informalidade
- O MEI e as Possibilidades de proteção social para trabalhadores informais, autônomos e unidades produtivas.
- Mapeamento das demandas locais e necessidades da rede
- Elaboração de plano de ação para enfrentamento da informalidade.

RECURSOS PEDAGÓGICOS

- Apresentação dialogada;
- Projeção em *power point*
- Trabalhos em grupo
-

PROGRAMAÇÃO**OFICINA PARA MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA SUPRIMIR PROBLEMAS RELACIONADOS À INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre, 17 e 18 de novembro de 2008

Programação:

Dia 17 de novembro (terça-feira)

9h00

Abertura – DIEESE

Apresentação dos participantes

9h30

Apresentação do Projeto e Resgate das Etapas Anteriores (2007 e 2008) –
DIEESE (Rosane Maia)

10h00

Painel sobre a Informalidade no Comércio
- DIEESE (Daniela Sandi)

10h30

Debate

11h00

Intervalo

11h15

Os desafios da fiscalização da relação de emprego – Chefe da Secretaria de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho -SEFIT/SFISC/SRTE/RS (Gerson Soares Pinto)

Ações relativas ao trabalho ilegal

A Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008)

A experiência do Camélodromo de Porto Alegre - Secretário Municipal Produção Indústria e Comércio – SMIC (Idenir Cecchim) –

12h15

Debate

13h00

Almoço

14h30

Grupos: mapeamento das demandas locais e das necessidades da rede local

16h15 **Intervalo**

17h00

Apresentação dos Grupos

17h30

Sistematização dos trabalhos do dia (DIEESE)

Dia 18 de novembro (quarta-feira)

9h00

As possibilidades e alternativas para a formalização de unidades produtivas informais e trabalhadores autônomos:

Empreendedor Individual – MEI e o Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, focado na inclusão de contribuintes individuais e facultativos de baixa renda.

Ministério da Previdência Social – MPS (José Adauto Filgueiras)

SEBRAE/RS - (Márcia Ferran de Souza)

10h00

Debate

10h30

Intervalo

10h45

Desafios para as políticas e ações locais -

Programa de Governança Solidária - Secretaria de Coordenação Política e Governança Local – (Beatriz Santos)

Atuação do Movimento Sindical - Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre (Nilton Neco)

12h15 **Debate**

13h00 **Almoço**

14h30

Grupos: Elaboração do Plano de Ação para o enfrentamento da Informalidade no Comércio de Porto Alegre

16h00

Apresentação dos Grupos

16h30 **Intervalo**

16h45 **Sistematização final e encaminhamentos**

17h30 **Encerramento**

Entidades participantes

Superintendência Regional do Trabalho - SRT/RS	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO/DETT
Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre - SINDEC-POA	FETRACOS – Federação Intermunicipal de Sindicatos de trabalhadores no Comércio de Bens e Serviços da Força Sindical no RS
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	Comissão Estadual de Emprego
DIEESE	SEBRAE-RS
SJDS/DETRAB	PED/DIEESE-RS
ANFIP	Ministério da Previdência Social
Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local -SMGL	FECOSUL Federação dos Trabalhadores no Comércio de Bens e Serviços do RS da CTB –
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS	FORÇA SINDICAL
FECOMÉRCIO-RS – Federação do Comércio e Serviços RS	SIND. AMBULANTES RS
GARANTIA-RS/CAIXA-RS	SMIC – Secretaria Municipal da Indústria Comércio e Turismo

Abertura – 17 de novembro de 2009

A abertura da oficina foi realizada pela coordenadora do Projeto, a economista Rosane de Almeida Maia. O supervisor do Escritório do DIEESE no Rio Grande do Sul, Ricardo Franzoi, agradeceu a presença dos participantes, em nome do DIEESE.

Antecedentes do Trabalho e Projeto Negociados com o BID (*INFORMALIDADE E CIDADANIA NO TRABALHO: ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL*) – Apresentação da técnica do DIEESE, Rosane Maia

A coordenadora do projeto iniciou sua apresentação com um resgate das etapas anteriores, de forma a recuperar as principais conexões entre as oficinas realizadas anteriormente e apontar os próximos passos que darão continuidade ao processo. A partir dos resultados obtidos e das ações indicadas no trabalho desenvolvido no âmbito dos convênios com o MTE, o DIEESE vem estruturando o projeto em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujo objetivo é definir estratégias setoriais e territoriais para transformar a situação de informalidade em formalidade de trabalhadores assalariados, autônomos, cooperados e pequenos empregadores. A criação de um espaço de diálogo social, a nível local, nos setores selecionados e a articulação de uma rede permanente de instituições comprometidas com a questão foram apresentadas como elementos fundamentais para se alcançar os objetivos do projeto.

Foi destacado que esse projeto visa construir coletivamente um conceito atualizado de informalidade, paralelamente à estruturação das ações para o enfrentamento da questão, a partir do diálogo social. Foi mencionada a complexidade dessa tarefa, dadas as dificuldades de mobilização dos atores sociais envolvidos.

Foram apresentadas as possíveis parcerias institucionais que comporiam o Comitê Técnico do projeto e, em seguida, foi apresentada a estrutura organizacional do projeto.

Na oportunidade, foi destacada ainda a heterogeneidade de inserção no mercado de trabalho urbano no Brasil onde, ao lado dos trabalhadores formais, convive um grande contingente de trabalhadores que estão em situações de informalidade, envolvendo: assalariados contratados à margem da modalidade padrão, pequenos empregadores, trabalhadores por conta-própria, autônomos, cooperados, trabalhadores em empresas autogestionárias e empregados domésticos. Posteriormente, foi apresentada as etapas do processo e logo após os projetos-piloto selecionados (comércio, construção civil, confecções e agronegócio) como objeto de investigação.

E por fim, foram mencionados os resultados esperados para esse projeto no decorrer dos próximos 3 anos.

Os desafios da fiscalização da relação de emprego. Ações relativas ao trabalho ilegal. Lei do Estágio (Lei nº 11.788, 25 de setembro de 2008), Apresentação do Chefe da Secretaria de Inspeção do Trabalho –SEFIT/SEFIS/SRTE/RS Gerson Soares Pinto

O técnico da SRTE/RS tratou da fiscalização das relações de emprego, mais especificamente de esclarecer o papel da fiscalização nas relações de trabalho e emprego e das suas atribuições: verificação do registro do trabalho, cumprimentos dos acordos coletivos/dissídios data-base, dentre outros.

Destacou as diferenças entre relação de trabalho e relação de emprego. Também mencionou os elementos necessários para relação de emprego: subordinação, habitualidade, pessoalidade e onerosidade. Na oportunidade também descreveu os tipos de contrato de trabalho e emprego e a forma como a inspeção do trabalho lida com esses conceitos e como atua na sociedade conscientizando os atores sociais e aplicando a lei existente.

Ao final de sua exposição, o técnico do Ministério explicitou os procedimentos da fiscalização do trabalho, fazendo um detalhamento das ações e resultados da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio Grande do Sul. Por fim, relatou as dificuldades das estruturas, ainda precárias, e o número insuficiente de funcionários.

As ações da Secretaria Municipal da Industria, Comercio e Turismo de Porto Alegre para enfrentamento da informalidade “A experiência do Camelódromo de Porto alegre”

Apresentação do Secretario Idenir Cecchin

O secretario iniciou resgatando sua participação na oficina do DIEESE realizado em 2007, quando relatou tratativas para o funcionamento do Centro Popular de Compras. Destacou diversas ações da Secretaria para o enfrentamento da informalidade. Entre as medidas apontadas, destacou a implementação do chamado Camelódromo no início de 2009. Lembrou que há quatro anos existiam 1200 ambulantes no centro de Porto Alegre. A grande questão foi identificar quem estava fazendo comércio honesto, e quem fazia comércio de ocasião, comércio irregular e até ilegal e ilícito (vendendo pirataria, cometendo crimes etc)

Uma das primeiras ações, teste, foi iniciada em 2006 com a retirada de 82 ambulantes da Rua Vigário Jose Inácio. Com a saída desses informais, a rua foi revitalizada, novas lojas foram abertas (entre elas a Pompéia), que gerou mais de 70 empregos com carteira assinada e a recuperação de inúmeros prédios..

Enfatizou que, hoje, o número de trabalhadores com carteiras assinada na Rua Vigário é maior que o numero de ambulantes que ali existiam e que, recentemente, foi inaugurado mais um shopping na Rua Vigário com 65 novas lojas: todas com alvará ou CNPJ do sócio.

Camelódromo

Destacou que das 800 lojas do Centro Popular de Compras, 350, já possuem CNPJ e estão contribuindo para o INSS. Para os lojistas do setor B, que não pagam aluguel em razão do baixo movimento de vendas, serão ampliadas as políticas de treinamento e qualificação. Nessa área estão os ambulantes que trabalhavam na Rua da Praia (Andradas) das 18h 30 às 20h. Sublinhou também que com a saída desses comerciantes, a Rua da Praia foi revigorada, pois estava desaparecida, havendo inúmeras melhorais no comércio formal de um ano para cá.

Ressaltou que essa é uma das maneiras de setrazer para formalidade: é via CNPJ, via carnê de autônomo, pagando INSS. Existem muitas pessoas que fazem peças em casa e vendem para o “camelódromo”. Assim, estão contribuindo, pagando a previdência social. Citou também que muitos trabalhadores sem carteira assinada são de empresas familiares. Deu o exemplo das videolocadoras: a empresa é formal, tem CNPJ e ali trabalham 3 ou 4 pessoas da mesma família sem registro e proteção social.

E, por fim, destacou que a existência do camelódromo foi o que deu mais resultado. Ou seja, s lojas que voltaram a investir no centro de Porto Alegre e estão gerando mais emprego. Outro ponto citado foi a diminuição de moradores de rua que estavam junto aos ambulantes e onde crime acontecia no aglomerado de pessoas, entre os mendigos. O mercado público também




passou a vender mais e novas lojas e empresas surgiram, especialmente na Praça XV.. Por fim, destacou que a facilidade de concessão de alvarás por parte da Prefeitura foi uma ação muito exitosa: mais de 20 mil empresas se formalizaram em 2008 e ao final de 2009 deve-se atingir a mais de 40 mil.

TRABALHO EM GRUPOS – 17 novembro de 2009



Foi proposto aos grupos o fazer um mapeamento das demandas locais e necessidades da rede

RESULTADO GRUPO 1

Mapeamento das Demandas Locais




-  Identificar os atores sociais;
-  Identificar os ramos onde a informalidade é maior;
-  Pesquisa detalhando o perfil do trabalhador informal

Necessidades da Rede

-  Trazer os atores sociais;
-  Planejamento da evolução do projeto

RESULTADO GRUPO 2

Mapeamento das Demandas Locais

-  Qualificação: gerenciamento, técnicas de vendas, apresentação pessoal, meio ambiente;
-  Estimulo à formação de redes produtivas;
-  Pesquisa detalhando o perfil do trabalhador informal

Necessidades da Rede

-  Identificar a real representação dos atores sociais;

- Intercâmbio de experiências
- Pesquisar em que ramos estão concentrados o maior grau de informalidade

18 novembro de 2009

Ministério da Previdência Social
Ações e Políticas para o desenvolvimento com inclusão social
José Adauto Filgueiras (Secretaria de Políticas de Previdência Social – Drgps -
Coordenação-Geral de Legislação e Normas)

O técnico do MPS trouxe como contribuição à atividade uma discussão sobre o Regime Geral da Previdência Social e as possibilidades de inclusão dos trabalhadores informais nesse sistema de proteção social. Em seguida, relatou que embora o Brasil tenha um regime relativamente pujante de previdência social e política de proteção social nas três áreas (saúde, previdência e assistência) ainda existe um significativo contingente de pessoas desprotegidas socialmente e que estão justamente nas classes menos favorecidas. Assim, à despeito das dimensões da previdência social brasileira, sua cobertura é pequena e ainda parece existir um grande desconhecimento do cidadão acerca dos seus direitos e das políticas de incentivo fiscal para o aumento da cobertura previdenciária.

Destacou que o Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, focado na inclusão de contribuintes individuais e facultativos de baixa renda, é uma maneira de incluir trabalhadores que não se encaixam nas condições de trabalho formalizado, com carteira de trabalho assinada, ou seja, o segurado facultativo (pessoa com 16 anos ou mais sem renda própria, cuja filiação ao Regime Geral da Previdência Social não é obrigatória), ou o contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado.

Lembrou que esse Plano Simplificado foi implantado a partir de maio/2007 e que tem como principais características: (i) alíquota de contribuição do trabalhador reduzida de 20% para 11%; (ii) salário-de-contribuição e de benefício no valor de um salário mínimo; (iii) benefícios oferecidos: os mesmos do RGPS, exceto aposentadoria por tempo de contribuição; e (iv) adesão voluntária.

Em seguida mencionou que o MEI (Micro Empreendedor Individual) com vigência a partir de julho de 2009 e recentemente implantado em alguns estados, é mais uma vertente do Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária e tem como objetivo ampliar a formalização, de modo

simplificado, dos pequenos empresários que trabalham na informalidade (camelô, feirante, vendedor autônomo, pequeno empresário), bem como do empregado por ele contratado.

E mesmo considerando desnecessário, à vista do assunto já haver sido abordado no encontro anterior, lembrou que as condições para o empreendedor se inscrever como MEI são: (i) receita bruta anual de até R\$ 36 mil; (ii) só ter 1 estabelecimento; (iii) não contratar mais de 1 empregado; (iv) não participar de outra empresa; (v) exercer alguma das atividades previstas no Anexo Único da Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009, do Comitê Gestor do Simples Nacional. E que as principais vantagens do MEI são: (i) opção pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, em valor valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas: (a) R\$ 51,15, a título de contribuição pessoal para o INSS; (b) R\$ 1,00, se contribuinte do ICMS (indústria e comércio); (c) R\$ 5,00, se contribuinte do ISS (prestadores de serviço); e (d) contribuição previdenciária patronal de 3% sobre o valor do salário mínimo (reduzida de 20% da folha de salários para 3% do salário mínimo - na hipótese de empreendedor contratar apenas um empregado).

Destacou que o Ministério da Previdência, consciente dessa baixa cobertura, tem envidado alguns esforços para ampliar o acesso aos benefícios previdenciários, especialmente por parte dos seguimentos menos favorecidos. Citou como exemplo, dados da Associação Brasileira de Vendas Diretas – ABEVD, que indicam haver cerca de 2 milhões de revendedores de venda direta que atuam no país. Segundo ele, esses vendedores de porta-em-porta, a despeito de se constituírem em contribuintes individuais, por exercerem atividade por conta própria, a seu risco e sem vínculo com empresa, não têm sua contribuição retida e recolhida pelo contratante de seus serviços. Observou que esses trabalhadores, em geral, possuem baixa capacidade contributiva, com reduzidíssimo nível de adesão voluntária à Previdência Social ou, quando ocorre essa adesão, um alto grau de inadimplência.

Citou que uma das providências adotadas para enfrentar essa situação, foi a criação de uma obrigação acessória no inciso VII no art. 225 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99 para exigir que as empresas contratantes de vendedores de porta-em-porta apresentassem à Receita Federal do Brasil informações sobre esses profissionais. Porém ressaltou que esta medida, que foi incluída no Decreto nº 6.722, de 30.12.2008, ainda não foi implementada por falta de normatização da Receita Federal do Brasil.

Frisou, por fim, que algumas políticas de incentivo à formalização e aumento da cobertura previdenciária, por falta de divulgação adequada, não têm surtido os efeitos almejados, e resultam em baixa adesão. Citou como exemplo uma política recente para formalização do emprego doméstico, em que o empregador pode deduzir a contribuição patronal do imposto de renda devido na declaração de ajuste anual da pessoa física. Mas que, não obstante o forte subsídio fiscal, os resultados podem ser considerados insignificantes. Fato que reforça seu entendimento de que um dos principais problemas para ampliar a adesão às políticas de incentivo à formalização e aumento da cobertura previdenciária tem sido a falta de informação, e por isso é necessário ampliar a divulgação dessas políticas, inclusive por meio de esforços como esse do DIEESE e das instituições parceiras no projeto.

Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local
Projeto de Governança Solidária Local –
Apresentação da Coordenadora do Programa – Beatriz Santos

A coordenadora iniciou esclarecendo que o Projeto de Governança Solidária Local faz parte da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local e tem como objetivo promover a participação democrática dos cidadãos em prol do desenvolvimento das pessoas e das comunidades da cidade Porto Alegre. Por seu intermédio, são construídos espaços de convivência capazes de potencializar a cultura da solidariedade e da cooperação entre governo e sociedade local. Também salientou que a proposta é estimular parcerias para a efetivação de ações que melhorem as condições de vida e convivência social da população.

Rede social - Existe rede social toda vez que existem múltiplos caminhos, múltiplas ligações, múltiplas relações entre as pessoas que vivem numa sociedade. A Governança Solidária Local estimula a formação de redes e as relações entre as pessoas. Fazendo isso, fortalece-se a sociedade.

Para quê? Para que a sociedade possa, ela própria, transformar-se em um conjunto articulado de muitos agentes de desenvolvimento.

O Projeto de Governança Solidária Local quer contribuir para fazer de cada cidadão um indivíduo protagonista, com um papel importante e insubstituível na promoção do desenvolvimento da cidade. Toda pessoa pode cooperar, aportando novos recursos, novas habilidades, assumindo responsabilidades. As pessoas são a riqueza maior de uma sociedade. Trata-se, então, de reconhecer esse potencial e dinamizá-lo.

Quais são os fundamentos da governança

Tem o papel de induzir o desenvolvimento no local;

Criar um ambiente favorável;

Investimento em capital social ;

Trabalha com :

Sociedade civil, comunidades, poder publico e empresários

Qual o ambiente que a Governança procura?

Ambiente plural: reconhecer que a sociedade é composta de múltiplas diferenças.
(Trabalham **com as 17 regiões do Orçamento Participativo**, sendo que cada região tem uma característica e trabalham exatamente com a comunidade dentro da característica que ela apresenta.)

Diálogo = contribuir para que a sociedade tenha um sistema de conexões sempre aberto, sempre aberto ao diálogo e trabalhar em forma de rede

Qual é a diferença entre a Governança Local e Orçamento Participativo?

O programa não tem delegados, nem conselheiros, nem ninguém que vote. É sempre trabalhando com o consenso. Qualquer pessoa pode participar da rede, e a pessoa estará na rede como individuo e não como representante de alguma instituição. Cada um fala por si.

Porque o nome Governança Solidária Local ?

1. **Governança** porque é baseado na parceria entre governo e a sociedade, estimula a participação social, o protagonismo, o empreendedorismo do cidadão e sua co responsabilidade nas gestões das ações publicas;
2. **Solidaria** porque é baseado na cooperação;
3. **Local** porque essas redes se desenvolvem aonde essas pessoas vivem;

Qual é orçamento da Governança?

É o orçamento da comunidade. O orçamento do governo é o orçamento participativo. (Citou o seguinte exemplo: uma escola infantil e nela uma pessoa que tem condições de ser voluntária naquela escola, sendo assim o ativo social, o capital social da região. Outro exemplo diz respeito a uma igreja com salão paroquial fechado que pode ser usado para oficinas, cursos de alfabetização, para tantas outras coisas que aquela comunidade precisa. No início só aparecia as necessidades e não o que existia dentro da comunidade.)

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Porto Alegre
Atuação do Movimento Sindical
Apresentação da Presidente – Nilton Neco

Iniciou ressaltando que a informalidade é um tema que vem sendo debatido na sociedade há bastante tempo e que no movimento sindical são mais recentes as discussões. Esse problema da informalidade aparecia para o sindicato “da porta para dentro” e não “da porta para fora”. O combate à informalidade no setor de comércio ocorria somente para dentro da empresa. As atuações do sindicato se restringiam a denúncias aos órgãos competentes, como M.T.E. e M.P.T. Frisou que se trata de um grande problema social e que é preciso buscar alternativas de renda para esse trabalhador, um fenômeno que acaba atingindo também os trabalhadores formais. Também afirmou que o sindicato, a prefeitura e empresários vem trabalhando em conjunto para o combate da informalidade no comércio de Porto Alegre.

Em seguida, relatou que a partir do momento que as centrais sindicais começaram a ter uma atuação mais forte no movimento sindical e o governo Lula assumiu o compromisso perante a OIT de até 2015 cumprir a Agenda Hemisférica Mundial do Trabalho Decente os trabalhadores começaram a se envolver mais com a problemática da informalidade. O governo se comprometeu com a construção da agenda nacional do trabalho decente e as centrais sindicais foram convocadas a participar de uma comissão tripartite (governo, empresários e trabalhadores) de assessoramento técnico e sugestões aos Ministérios.

Outro ponto destacado como fundamental para os avanços nos estudos e discussões do setor foi a formação da REDE COMERCIÁRIOS a partir de 2006. Rede formada por técnicos do DIEESE que trabalham em subseções de sindicatos dos trabalhadores do comércio filiados ao DIEESE. A necessidade de uma pesquisa que apontasse os dados da informalidade no setor (como a realizada pelo DIEESE) e oficinas para discussão da temática foram demandas do movimento sindical e da rede comerciários. A partir daí os sindicatos tiveram maior conhecimento do fenômeno informalidade e começaram a buscar mais fortemente alternativas para fazer o enfrentamento.

Finalizou frisando a importância da Agenda Nacional do Trabalho Decente nessa temática, salientando que muitas questões da informalidade passarão por lá.

PLANO DE AÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA INFORMALIDADE

TRABALHO EM GRUPOS – 18 novembro de 2009

A partir do quadro abaixo de temas definidos na oficina realizada em 2008, foi proposto aos dois grupos que elegessem 5 temas prioritários para montar o plano de ação. Após a escolha era necessário definir ações/medidas para cada prioridade escolhida, bem como o prazo para implementação das ações e instituições responsáveis

Quadro montado para definição de prioridades

	Temas propostos
	Articulação
	- Governo
	- Instituições
	Comércio de rua
	Discriminação
	Estágio
	Gênero
	Campanhas de esclarecimento sobre o marco legal
	Cooperativas
	Saúde do trabalhador
	Crédito
	Fiscalização
	Responsabilidades
	Conhecimento
	Acompanhamento
	Micro e pequenas empresas
	Redes

RESULTADO - GRUPO 1

TEMA	Ações/Medidas	Prazo	Responsavel
Comércio de Rua	Qualificação e promoção de negócios	Longo	
Discriminação genero	articulação com MPT, constituição de clausulas negociais	Médio	
Redes/articulação	Consolidar e ampliar	Curto	
Fiscalização	Ações articuladas entre as innstituições, medidas de suporte a fiscalização	Longo	
Estagio/outras formas	Seminario sobre formas de contratação na negociação coletivas	Médio	

* o grupo 1 ficou com a tarefa de elencar os responsáveis durante o processo do projeto

RESULTADO - GRUPO 2

TEMA	Ações/Medidas	Prazo	Responsavel
Comércio de Rua	Identificar os atores no processo com pesquisas	Curto	Dieese, Sebrae, órgãos governamentais
Micro e Pequena Empresa	Informações, esclarecimentos e conscientização	Permanente	Sebrae e Orgãos publicos
Redes	Consolidar e ampliar	Permanente	Sindicatos, Dieese e Orgãos publicos
Fiscalização	Medidas diretas e indiretas, intensificar ações preventivas de orientação e coerção	Permanente	MTPS e M.T.E
Estagio	Fiscalização pelos órgãos responsáveis de ensino e governamentais a seleção de estagiarios	Permanente	M.T.E. e Sindicatos
Qualificação	Promover cursos de qualificação profissional, conforme o perfil do trabalhador, de acordo com as demandas	Permanente	M.T.E, Sistema S e Sindicatos

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE E ENCAMINHAMENTOS

A atividade foi finalizada com uma avaliação positiva dos participantes no que se refere à ao mapeamento das demandas locais e necessidades da rede, bem como da elaboração do plano de ação para o enfrentamento da questão da informalidade. Foi mencionada a questão da data da oficina ter coincidido com um período de muitas negociações salariais nos sindicatos. Houve indicações de que o espaço entre uma oficina e outra deveria ser menor, de que a rede pudesse contar com outros espaços, além do presencial, da possibilidade de criar ferramentas para articulação e comunicação da rede de instituições. Sugeriu-se ainda a participação de mais sindicatos/ entidades representantes dos informais. Ficou indicado que a próxima oficina ocorrerá no primeiro semestre de 2010.

3. ANEXOS

ANEXO 1 - FOTOS DA ATIVIDADE

**OFICINA PARA MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA SUPRIMIR
PROBLEMAS RELACIONADOS À INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE PORTO
ALEGRE**

Porto Alegre, 17 e 18 novembro de 2009





**ANEXO 2 - RELAÇÃO DE PARTICIPANTES- OFICINA PARA ELABORAÇÃO
DO PLANO DE AÇ MONITORAMENTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PARA
SUPRIMIR PROBLEMAS RELACIONADOS À INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE
PORTO ALEGRE**

Porto Alegre, 17 e 18 novembro de 2009

NOME	
1. Ana Paula Queiroz Sperotto	27. Maria Helena Oliveira
2. Ana Cleonice Duarte Pereira	28.. Márcia Ferran
3. Ângela Nunes	29. Nilton Neco
4. Beatriz Santos	30. Paulo Sergio Martins
5. Catia Andrejem	31. Pamela Souza
6. Carlos Cardoso	32. Rafael O. Bernardes
7. Cidia Fabiane C. Santos	33. .Renata Germano
8. Cidriana T. Parenza	34. Ricardo Franzoi
9. Daniela Barea Sandi	35. Rosane de Almeida Maia
10. Dionísio Mazui	36. Rosemary Maggenti
11. Fátima Henriques	37. Sandra Medeiros
12. Flavio Cordeiro	38. Tania L. Ruchimque
13. Gerson S. Pinto	39.. Valdoir Faria
14. Irene Galeazzi	40. Valdir Faria
15. Idenir Cecchin	41. Vinicius Lima
16. Ivanir Perrone Andreis	42. Vilson A Romero
17. Jefferson Tiego	
18. Joaquim L. P. da Costa	
19. Jorge Ubirajara Silva	
20. Jose Adauto	
21. Leonardo Ely Schreiner	
22. Lucia dos Santos Garcia	
23. Luis Alberto Silva	
24. Luiz Muller	
25. Luiz Fernando Branco Lemos	
26. Maria Munhoz Driemeier	

ANEXO 3 - LISTA DE PRESENÇA



Ministério do
Trabalho e Emprego



DIEESE

SUBPROJETO 5 - ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANSEQs

OFICINA DE DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

DISCUSSÃO DOS DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES RELATIVAS AO COMÉRCIO INFORMAL EM PORTO ALEGRE - RS

Local: Porto Alegre - RS

Lista de Presença			Data 17/11/2009	
	NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Alessandro Machado		SEBRAE/RS	
2	Ana Cleonice Duarte Pereira	292657406-15	Dieese	<i>Ana Pereira</i>
3	Angela Nunes	462201430-00	Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMGL -DETT	<i>Angela Nunes</i>
4	Ana Paula Queiroz Sperotto	891757600-10	DIEESE	<i>Angela Sperotto</i>
5	Adriana Furtado		Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMGL	
6	Antonio Carlos Damasceno Lima		Comissão Municipal de Emprego de Porto Alegre	
7	Beatriz Santos		Secretaria Municipal de	

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº. 003/2007 - 1º Termo Aditivo - DIEESE - Meta V

1



Ministério do
Trabalho e Emprego



	NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
8	Cassio da Silva Calvete		Coordenação Política e Governança Local - SMGL Dieese	
9	Carlos Cardoso	62439263068	Federação do Comércio e de Serviços no RS	<i>Carlos Cardoso</i>
10	Cidriana Parenza		Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMGL	
11	Cidia Fabiane C. Santos	76344134020	SE Comercio de Porto Alegre	<i>Cidia Santos</i>
12	Claudio C. Menezes		Superintendência Regional do Trabalho/SRT RS	
13	Claudio Janta		Força Sindical	
14	Dionisio Mazui	263090840.20	Federação dos Comerciantes da Força Sindical	<i>Dionisio Mazui</i>
15	Fatima Henriques	42520894091	SE Comercio de Porto Alegre	<i>Fatima Henriques</i>
16	Gerson Soares Pinto	453.677.360-68	Superintendente Regional do Trabalho	<i>Gerson Soares Pinto</i>
17	Heron Oliveira		Superintendente Regional do Trabalho	
18	Irene Galeazzi		FGTAS	
19	Idenir Cecchim	352302870-07	SMIC	<i>Idenir Cecchim</i>
20	Ivanir Perrone Andreis	362655140-68	Se Comercio de Caxias do Sul	<i>Ivanir Perrone Andreis</i>
21	Leonardo Ely Schneider	013.032450.49	Fecomercio	<i>Leonardo Ely Schneider</i>
22	Jefferson Tiego	13643550078	SE Comercio de Porto Alegre	<i>Jefferson Tiego</i>
23	Joaquim L. P. da Costa	113.166.120.119	FGTAS	<i>Joaquim L. P. da Costa</i>
24	Jocelito Vargas		Secretaria da Justiça e	

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº. 003/2007 - 1º Termo Aditivo - DIEESE - Meta V

2

DIEESE

SUBPROJETO 5 – APOIAMENTO NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANSEQS
OFICINA DE DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO
DISCUSSÃO DOS DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES RELATIVAS AO COMÉRCIO INFORMAL EM PORTO ALEGRE - RS
Local: Porto Alegre – RS

Lista de Presença			Data 18/11/2009	
	NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Alessandro Machado		SEBRAE/RS	
2	Ana Cleonice Duarte Pereira	272.654.406-15	Diecee	<i>Ana Cleonice Duarte Pereira</i>
3	Angela Nunes	462.201.430-00	Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMGL -DETT	<i>Angela Nunes</i>
4	Ana Paula Queiroz Sperotto	851757600-10	DIEESE	<i>Ana Paula Queiroz Sperotto</i>
5	Adriana Furtado		Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMGL	
6	Antonio Carlos Damaceno Lima		Comissão Municipal de Emprego de Porto Alegre	
7	Beatriz Santos		Secretaria Municipal de	<i>Beatriz Santos</i>

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº. 003/2007 – 1º Termo Aditivo – DIEESE – Meta V

	NOME	CPF	Coordenação Política e Governança Local – SMGL ENTIDADE	ASSINATURA
8	Cassio da Silva Calvete		Diecee	
9	Carlos Cardoso	624.398.630-68	Federação do Comércio e de Serviços no RS	<i>Carlos Cardoso</i>
10	Cidriana Parenza		Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMGL	
11	Cidia Fabiane C. Santos	163441340-20	SE Comercio de Porto Alegre	<i>Cidia Fabiane C. Santos</i>
12	Claudio C. Menezes		Superintendencia Regional do Trabalho/SRT RS	
13	Claudio Janta		Força Sindical	
14	Dionisio Mazui	263090840-20	Federação dos Comerciantes da Força Sindical	<i>Dionisio Mazui</i>
15	Fatima Henriques		SE Comercio de Porto Alegre	<i>Fatima Henriques</i>
16	Gerson Soares Pinto	453677360-63	Superintendente Regional do Trabalho	<i>Gerson Soares Pinto</i>
17	Heron Oliveira		Superintendente Regional do Trabalho	
18	Irene Galeazzi	216.163.530-15	FGTAS	<i>Irene Galeazzi</i>
19	Idenir Cecchim		SMIC	
20	Ivanir Perrone Andreis	362653140-68	Se Comercio de Caxias do Sul	<i>Ivanir Perrone Andreis</i>
21	Leonardo Ely Schreider		Fecomercio	
22	Jefferson Tiego		SE Comercio de Porto Alegre	
23	Joaquim L. P. da Costa	103.166.120-49	FGTAS	<i>Joaquim L. P. da Costa</i>
24	Jocelito Vargas		Secretaria da Justiça e	

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº. 003/2007 – 1º Termo Aditivo – DIEESE – Meta V

2



Ministério do
Trabalho e Emprego



	NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
			Desenvolvimento Social - Depto Trabalho	
25	João Donadon		Ministério da Previdência Social	
26	Juliano CarriConde		Associação Feira Rua da Praia	
27	Luiz Fernando Branco Lemos	450.934.900-91	Federação Empregados no Comércio de Bens e Serviços no RS	<i>CM</i>
28	Luiz Müller		Superintendência Regional do Trabalho/SRT RS	
29	Luiz Carlos Barbosa		SE Comercio de Porto Alegre	
30	Lucia dos Santos Garcia	486.422.230/49	Diecee	<i>Lucia Garcia</i>
31	Marcel Becker		Diecee	
32	Maria Helena Oliveira		Comissão Estadual de Emprego	
33	Maria Munhoz Driemeier		FGTAS	
34	Nidia Garcia Vanny		Superintendência Regional do Trabalho/SRT RS	<i>71</i>
35	Nilton Neco	792.751.700-87	SE Comercio de Porto Alegre	
36	Ricardo Franzoi	191.721.760-31	Diecee	
37	Rafael Bernardes		Garantia RS	
38	Renan Gomes Lobo		Sebrae RS	
39	Rosane Maia	033.750.781-70	Diecee	
40	Sergio Leusin Junior		Federasul	
41	Sidenir Bueno de Almeida		Comissão Municipal de Emprego	
42	Tais Gerhardt		Superintendência Regional do Trabalho/SRT RS	

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº. 003/2007 - 1º Termo Aditivo - DIEESE - Meta V

3



Ministério do
Trabalho e Emprego



	NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
43	Tania L. Ruchinsque	284.930.100-06	SE Comercio de Porto Alegre	<i>Tania</i>
44	Valdir Lima		Força Sindical	
45	Rafael Andrejew	675.430.010-53	SINDEC	<i>Rafael Andrejew</i>
46	Valdir Farias	442.522.550-34	SINDEC	<i>Valdir Farias</i>
47	Paulo Sergio Martins	610.130.100-77	SINDEC	<i>Paulo Sergio Martins</i>
48	Sandra Medeiros	285.657.030-53	SINDEC / FORÇA	<i>Sandra Medeiros</i>
49	VALDIR LIMA	492.822.550-34	SINDEC	<i>Valdir Lima</i>
50	George Diniz da Silva	382.642.660-53	SINDEC	<i>George Diniz da Silva</i>
51	Luiz Alberto S. Silva	131.613.180-72	Sin Amstelandes RS	<i>Luiz Alberto S. Silva</i>
52	Daniela B. Sandi	602.702.600-78	Diecee DIEESE	<i>Daniela B. Sandi</i>
53	Jose Adalberto	120.825.621-15	MPS	<i>Jose Adalberto</i>
54	Robson Luiz Aguiar	334.389.000-68	SINGL	<i>Robson Luiz Aguiar</i>
55	Vinicius Lima	008.451.800-5	SMY	<i>Vinicius Lima</i>
	Isom Farias	042.604.340-00	Ampl	<i>Isom Farias</i>
	Marcia Farias	969.822.330-49	SEBRAE	<i>Marcia Farias</i>

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº. 003/2007 - 1º Termo Aditivo - DIEESE - Meta V

4

ANEXO 4 – APRESENTAÇÃO DO DIEESE

Antecedentes e Projeto



“INFORMALIDADE NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE”

**OFICINA: 17-18/NOV/2009
Grand Hotel Express**

ANTECEDENTES



•2006 – Convênio MTE/DIEESE

“Diagnóstico do mercado de trabalho no setor de comércio da RM de Porto Alegre”

•2007 – oficinas com atores sociais

“Informalidade no setor de comércio do RS: possibilidades e desafios”

•2008 – oficina de 03/SET

“Monitoramento das ações implementadas para suprimir problemas relacionados à informalidade no comércio de Porto Alegre”

Resultados da Oficina de 4 e 5/10/2007:

Relação de trabalho ilegal

- O Ministério do Trabalho deve encaminhar projeto que aperfeiçoe a lei de estágios, de modo a permiti-los somente em atividades diretamente ligadas ao curso;
- Aumentar o quadro de profissionais do Ministério do Trabalho, por concurso, para área administrativa e fiscal;
- Fiscalização mais efetiva em relação ao trabalho ilegal;
- Parceria entre MTE e o Ministério Público do Trabalho, visando eliminar a discriminação no momento da contratação;
- Promover melhoria da estrutura física das DRTs para efetiva fiscalização.

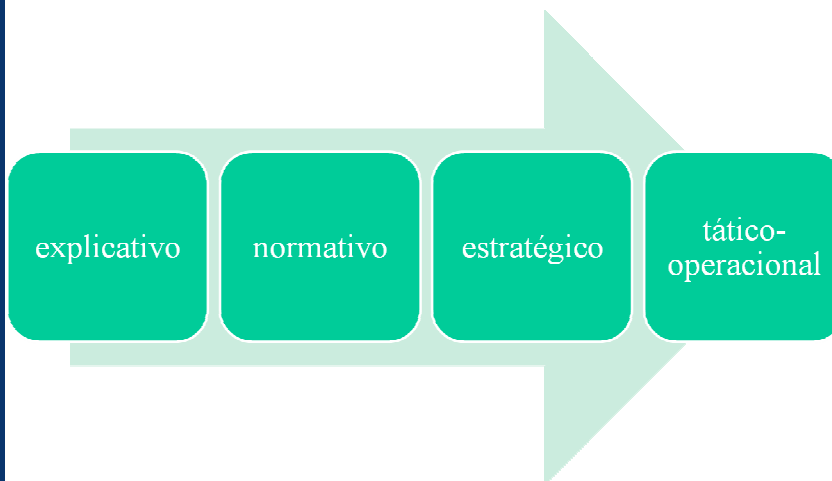
Unidade produtiva informal

- Promover, sistematicamente, investigação sobre esse grupo de unidades produtivas (criar sistema de informação);
- Constituir uma rede de investigação permanente sobre atividade informal;
- Articular as iniciativas isoladas de redes de apoio e fomento à atividade informal (informações como crédito, assessoria técnica, gerencial, capacitação produtiva e gerencial, identificar novas e possíveis parcerias);
- Divulgar com frequência as informações (pesquisas e rede de apoio) sobre o tema (mapa da economia solidária, pesquisas domiciliares, pesquisas por estabelecimento);
- Promover programa de capacitação técnica e gerencial **específica e adequada a este grupo**;
- Divulgar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado;
- Criar espaços que facilitem a comercialização da produção informal.

Relação de trabalho informal

- Promover espaços de discussão em que possam ser levantadas possibilidades de proteção social para esse público;
- o Recomendação: o MTE deve se articular com o Ministério da Previdência e outras instituições que possam contribuir para imediata implementação desta ação.
- Campanha educativa que estimule a contribuição previdenciária do trabalhador informal.

Processamento dos PROBLEMAS:



explicativo

- Descrição do problema

normativo

- Propostas de ação
- (o que será feito? Quando? Por quem? De que forma?)

estratégico

- viabilidade

Tático-
operacional

- Implementação e gestão do plano

OBJETIVO

Contribuir para a diminuição da informalidade,
visando a construção de redes locais e nacional,
que possam dar visibilidade ao problema e construir propostas de políticas e ações,
por meio do diálogo social.

REDE

- Anfip
- Bid/Fomin
- Contag
- Ipea
- Ministério do Desenvolvimento Social - MDS
- Ministério da Previdência e Social - MPS
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- Oit
- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência
- Sebrae

- **Dieese e Centrais Sindicais**

PROJETOS PILOTO

- Comércio
- Construção Civil
- Confecções
- Agronegócio

ANEXO 4 – APRESENTAÇÃO DO DIEESE
Dados da Informalidade no Comércio da RMPA



Informalidade no Comércio

IV Boletim Trabalho no Comercio

Oficina Porto Alegre 17 e 18 novembro de 2009
Grand Hotel Express



Conceitos :

❖ **Contratados na modalidade padrão:**

- assalariados com carteira assinada

❖ **Contratados à margem da modalidade padrão:**

- empregados sem carteira assinada
- assalariados contratados em serviços terceirizado
- autônomos que trabalham para uma empresa.

❖ **Comerciantes:**

- autônomos que trabalham para mais de uma empresa
- autônomos que trabalham para o público em geral
- donos de negócio familiar

❖ **Outros:**

- empregadores
- trabalhadores familiares sem remuneração
- profissionais universitários autônomos

Como estão distribuídos os ocupados no Comércio RMPA

Total de Ocupados no Comércio	100		
Total de Ocupados Contratados no Comércio⁽¹⁾	68		
Contratados na modalidade padrão⁽²⁾	55		
Contratados à margem da modalidade padrão	13		
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	9		
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados			
Autônomos que Trabalham para 1 Empresa	3		
Comerciantes⁽³⁾	23		
Outros⁽⁴⁾	9		

(1) Inclui os contratados na modalidade padrão e os contratados à margem da modalidade padrão
(2) São os empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado.
(3) São os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público em geral e os donos de negócio familiar.
(4) Inclui os empregadores, os trabalhadores familiares sem remuneração e os profissionais universitários autônomos.
(5) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

CRESCIMENTO NÃO EVITA CONTRATAÇÃO ILEGAL

Estimativa dos ocupados contratados no comércio, segundo forma de contratação Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 1998 e 2008

Forma de Contratação	Belo Horizonte			Distrito Federal			(em 1.000 pessoas) Porto Alegre		
	1998	2008	%	1998	2008	%	1998	2008	%
Total de contratados no Comércio	162	269	66,5	70	127	81,4	137	205	49,8
Empregados com carteira	116	219	89,1	48	99	106,3	108	168	56,0
Empregados sem carteira	32	36	12,1	16	21	31,3	18	29	58,9
Outras formas de contratação ⁽¹⁾	14	14	2,3	6	8	33,3	11	8	-28,9

Forma de Contratação	Recife			Salvador			São Paulo		
	1998	2008	%	1998	2008	%	1998	2008	%
Total de contratados no Comércio	119	158	32,2	101	139	36,9	724	1.028	42,0
Empregados com carteira	70	105	49,6	66	104	57,8	459	715	55,6
Empregados sem carteira	28	29	0,7	26	27	5,0	174	220	26,7
Outras formas de contratação ⁽¹⁾	21	25	15,9	10	8	-18,6	92	92	0,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os assalariados que trabalham em uma empresa diferente daquela que lhes paga e os autônomos que trabalham para uma única empresa.